

E-BOOK

QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS? Sugestões de mudança

WHICH CITY FOR CHILDREN? Suggestions for change



TÍTULO | TITLE

Que Cidade para as Crianças? | Which City for Children?

EDITOR

Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa (ISEC Lisboa)
Alameda das Linhas de Torres, 179
1750-142 Lisboa | Portugal

CONTATOS | CONTACTS

TEL | PHONE: +351 217 541 310

EMAIL: info@iseclisboa.pt

WEB: www.iseclisboa.pt

EDITORES | EDITORS

Madalena Corte-Real
Maria João Gomes
Marianna Monte

.

DATA | DATE

Julho | July 2024

DESIGN

Paula Simões (art director), Francisca Silva (designer)

ISBN

978-989-35019-9-3

© 2024 ISEC Lisboa

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS | ALL RIGHTS RESERVED:

As opiniões expressas nos artigos são dos autores individuais. Os editores não são responsáveis perante ninguém por qualquer perda ou dano causado por qualquer erro ou omissão nos artigos, quer tal erro ou omissão seja resultado de negligência ou qualquer outra causa. Toda e tal responsabilidade é negada.

The opinions expressed in the articles are those of the individual authors. The editors are not liable to anyone for any loss or damage caused by any error or omission in the articles, whether such error or omission is the result of negligence or any other cause. All such liability is disclaimed.

ÍNDICE | CONTENTS

SUGESTÕES DE MUDANÇA | SUGGESTIONS FOR CHANGE

QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS? | WHICH CITY FOR CHILDREN?

Prefácio	5
Preface.....	7
Introdução.....	9
Introduction.....	10

PARTE I - PART I

A CIDADE | THE CITY

Participação enquanto Direito	12
Participation as a Right.....	17
A Cidade para a Primeira Infância	22
The City for Early Childhood	30

PARTE II - PART II

ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO | PLAY AND RECREATIONAL SPACES

Brincar em Segurança, Inspeção e Manutenção	39
Play Safely, Inspection and Maintenance	42

PARTE III - PART III

ESPAÇOS NATURALIZADOS PARA A INFÂNCIA | NATURALIZED SPACES FOR CHILDHOOD

O Recreio Escolar	46
School Playground.....	50

PARTE IV - PART IV

CONFERÊNCIA “QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS?” | CONFERENCE “WHICH CITY FOR CHILDREN?”

Programa/Program.....	55
“Que Cidade para as Crianças?” no ISEC Lisboa	56
“Which City for Children?” at ISEC Lisbon	60

SUGESTÕES DE MUDANÇA

QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS?

SUGGESTIONS FOR CHANGE

WHICH CITY FOR CHILDREN?



PREFÁCIO

QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS?

Como é, cada vez mais, reconhecido por todos, o ambiente urbano em que as crianças crescem desempenha um papel significativo no seu desenvolvimento, aos mais diversos níveis. As crianças, ao longo do seu processo de crescimento relacionam-se com a cidade, de diferentes formas, em diferentes contextos, com impactos diretos ou indiretos, na sua qualidade de vida, na sua inclusão social, na sua apropriação e vivência do espaço público, na noção de mobilidade, de segurança, na educação, na saúde e na participação cívica, entre outras. Existe uma interação constante das crianças com a cidade que é apropriado, reconstruído e reconfigurado por estas. A cidade é, portanto, um lugar de ressignificação.

A cidade é um fator de crescimento e constrangimento do desenvolvimento infantil e, como tal, deve ser pensada com um olhar particular sobre as crianças e as suas vivências.

A urbe, caracterizada pela aglomeração de edificado e espaços de circulação vários, é também composta por espaços de mimetização da natureza com utilizações várias (circulação, convivialidade, lazer, prazer estético, jogo, entre outras). Os espaços verdes e parques da cidade são, essencialmente, lugares de socialização e fuga (à cidade, bem entendido). A evidência científica tem destacado a importância da criação de mais espaços verdes e parques nas cidades, bem como de arborização de múltiplas artérias para o desenvolvimento físico e mental das crianças. Neste caso, as cidades podem arborizar arruamentos, criar parques e áreas verdes acessíveis e seguras, incentivando as crianças a brincar ao ar livre, a interagir com a natureza e fazer atividade físicas, diminuindo a sua dependência em relação aos ecrãs e promovendo a saúde física e mental. Além disso, podemos acrescentar o impacto de medidas como esta, no combate à mudança climática, como já ocorre há alguns anos em diversas cidades europeias.

Por outro lado, a cidade enquanto espaço urbanizado que agrega milhares ou milhões de pessoas, é também um espaço de difícil mobilidade e de insegurança. Desse modo, a cidade pensada para as crianças, deve ser uma cidade segura para estas, onde possam caminhar ou andar de bicicleta com segurança, devendo os urbanistas, arquitetos, municípios e outros responsáveis, projetar as ruas com calçadas amplas, travessias seguras e áreas de lazer próximas às escolas, reduzindo o tráfego de veículos nas proximidades. Do mesmo modo, deve existir um policiamento de proximidade, capaz de garantir a segurança dos espaços públicos e melhorar a percepção pública de segurança. A dissuasão da criminalidade é um fator essencial para termos cidades amigas das crianças e organizadas a pensar nas crianças.

Falando de escolas, há que enfatizar a importância do acesso a serviços de saúde e de educação de qualidade, para crianças no contexto das áreas urbanas. Para tal, as cidades devem garantir a acessibilidade a escolas, centros de saúde e outras instalações essenciais para crianças, reduzindo barreiras físicas e económicas e melhorando a sua mobilidade.

A cidadania começa a construir-se na infância. A promoção da participação das crianças em alguns processos de tomada de decisão é o caminho certo, para a educação de novas gerações com maior participação cívica. A UNICEF promove a participação ativa das crianças na tomada de decisões que afetam as suas vidas, como a criação de grupos de consultoria infantil em algumas cidades. As cidades podem e devem estabelecer mecanismos para ouvir as vozes das crianças em questões urbanas, como o planeamento de parques, parques infantis, escolas e espaços públicos.

É certo que a cidade, as nossas cidades são espaços de poluição e de fraca qualidade do ar. Vivemos em cidades sobrecarregadas de automóveis e com poucas árvores e transportes públicos. Sabemos bem o impacto negativo da fraca qualidade do ar na saúde da população em geral, tendo nas crianças um impacto e uma acuidade superiores. Precisamos de cidades com mais árvores ao longo das ruas, mais espaços verdes e jardins, de modo a termos uma melhor qualidade do ar, baixarmos a temperatura das nossas cidades e melhorar a saúde pública. Paralelamente, é necessário promover a utilização de transportes públicos limpos e a mobilidade ligeira, rompendo com mitos e preconceitos enraizados na população.

Quanto ao acesso à cultura e ao lazer, também é enfatizado pela UNESCO a necessidade de promover a importância do acesso à cultura, artes e atividades de lazer para o desenvolvimento criativo e social das crianças. Nesse sentido as cidades devem oferecer espaços culturais, bibliotecas, museus e atividades recreativas acessíveis às crianças, incentivando sua imaginação e aprendizagem.

Estes são alguns exemplos de como as cidades podem ser planeadas e adaptadas, para criar ambientes urbanos mais amigáveis e seguros para as crianças, promovendo o seu bem-estar e desenvolvimento. Cabe às autarquias locais em articulação com o Estado central, aconselhadas pela Academia e outros *stakeholders*, criar condições para que futuramente tenhamos cidades mais amigas das crianças, ou seja, com melhor qualidade de vida para todos.

RUI FONSECA

Diretor da Escola de Educação e Desenvolvimento Humano do ISEC Lisboa

PREFACE

WHICH CITY FOR CHILDREN?

As is increasingly recognized by everyone, the urban environment, in which children grow up, plays a significant role in their development, at the most diverse levels. Children, throughout their growth process, relate to the city in different ways, in different contexts, with direct or indirect impacts on their quality of life, their social inclusion, their appropriation and experience of public space, in the notion of mobility, security, education, health and civic participation, among others. There is a constant interaction between children and the city, which is appropriated, rebuilt and reconfigured by them. The city is, therefore, a place of resignification.

The city is a factor of growth and constraint on children's development and, as such, must be thought of with a particular eye on children and their experiences.

The city, characterized by the agglomeration of buildings and various circulation spaces, is also composed of spaces that mimic nature with various uses (circulation, conviviality, leisure, aesthetic pleasure, games, among others). The city's green spaces and parks are, essentially, places for socializing and escaping (from the city, of course). Scientific evidence has highlighted the importance of creating more green spaces and parks in cities, as well as afforestation of multiple arteries for the physical and mental development of children. In this case, cities can plant trees in streets, create accessible and safe parks and green areas, encouraging children to play outdoors, interact with nature and do physical activities, reducing their dependence on screens and promoting physical and mental health. Furthermore, we can add the impact of measures like this, in combating climate change, as has been happening for a few years in several European cities.

On the other hand, the city as an urbanized space that brings together thousands or millions of people, is also a space of difficult mobility and insecurity. Therefore, the city designed for children must be a safe city for them, where they can walk or cycle safely, and urban planners, architects, municipalities and other responsible people must design streets with wide sidewalks, safe crossings and local leisure facilities close to schools, reducing vehicle traffic nearby. Likewise, there must be proximity policing, capable of guaranteeing the security of public spaces and improving the public perception of security. Deterring crime is an essential factor in having child-friendly cities organized with children in mind.

Speaking of schools, we must emphasize the importance of access to quality health and education services for children in the context of urban areas. To this end, cities must ensure accessibility to schools, health centers and other essential facilities for children, reducing physical and economic barriers and improving their mobility.

Citizenship begins to be built in childhood. Promoting children's participation in some decision-making processes is the right way to educate new generations with greater civic participation. UNICEF promotes the active participation of children in making decisions that affect their lives, such as the creation of children's consultancy groups in some cities. Cities can and should establish mechanisms to listen to children's voices on urban issues, such as planning parks, playgrounds, schools and public spaces.

It is true that the city our cities are areas of pollution and poor air quality. We live in cities overloaded with cars and with few trees and public transport. We are well aware of the negative impact of poor air quality on the health of the general population, with a greater impact and acuity on children. We need cities with more trees along the streets, more green spaces and gardens, in order to have better air quality, lower the temperature in our cities and improve public health. At the same time, it is necessary to promote the use of clean public transport and light mobility, breaking with myths and prejudices rooted in the population.

Regarding access to culture and leisure, UNESCO also emphasizes the need to promote the importance of access to culture, arts and leisure activities for the creative and social development of children. In this sense, cities must offer cultural spaces, libraries, museums and recreational activities accessible to children, encouraging their imagination and learning.

These are some examples of how cities can be planned and adapted to create friendlier and safer urban environments for children, promoting their well-being and development. It is up to local authorities in conjunction with the central State, advised by the Academy and other stakeholders, to create conditions so that in the future we will have more child-friendly cities, that is, with a better quality of life for everyone.

RUI FONSECA

Dean of the School of Education and Human Development at ISEC Lisboa

QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS?

Decorrente da organização da conferência internacional “*Que cidade para as Crianças?*” realizada em parceria com o [ISEC Lisboa](#) no dia 17 de Outubro de 2023, é com muita satisfação que a equipa do [Urbanólogo](#), coletivo dinamizador de uma plataforma multidisciplinar de divulgação e dinamização de temáticas urbanas, apresenta este *ebook*.

Inicia-se com um agradecimento especial aos diferentes participantes na conferência pela contribuição impar para a compreensão e valorização do cidadão criança de um modo holístico. É de destacar o alerta transversal, por parte dos diferentes oradores, para a omissão, ou não garantia, em atender as necessidades físicas, cognitivas, socioculturais, psicológicas/emocionais da criança no contexto sócio-espacial da cidade contemporânea.

Com um intuito de inspirar e apoiar boas práticas pelos decisores locais, os diferentes oradores foram desafiados, em grupo ou individualmente, a contribuir para esta publicação. O objectivo é, de um modo sintético, voltar a abordar as temáticas da conferência com o enfoque nos principais pontos de mudança.

Pretende-se uma publicação de fácil leitura e uso, com um forte carácter operacional, estruturada na identificação de problemas recorrentes no espaço urbano que afectam a criança, problemas limitadores do seu pleno desenvolvimento e direito ao uso da cidade contemporânea assim como na indicação clara e pragmática de sugestões para a sua resolução.

MADALENA CORTE-REAL

MARIA JOÃO GOMES

MARIANNA MONTE

WHICH CITY FOR CHILDREN?

As a result of the international conference “*Which city for children?*”, held in partnership with [ISEC Lisbon](#) on October 17, 2023, it is with great satisfaction that the [Urbanólogo](#) team, a multidisciplinary platform for disseminating and promoting urban themes, presents this e-book.

We would like to begin with a special thank you to the different participants in the conference for their unique contribution to understanding and valuing children in a holistic way. It is worth highlighting the transversal alert, on the part of the different speakers, to the omission, or lack of guarantee, in meeting the physical, cognitive, sociocultural, psychological/emotional needs of the child in the socio-spatial context of the contemporary city.

In order to inspire and support good practices by local decision-makers, the different speakers were challenged, as a group or individually, to contribute to this publication. The objective is, in a synthetic way, to re-address the conference themes with a focus on the main points of change.

The aim is to be a publication that is easy to read and use, with a strong operational nature, structured on the recognition of recurring issues in urban space that affect children, the identification of problems limiting their full development and right to use the contemporary city as well as the clear and pragmatic indication of suggestions for its resolution.

MADALENA CORTE-REAL

MARIA JOÃO GOMES

MARIANNA MONTE

PARTE I
A CIDADE

PART I
THE CITY



PARTICIPAÇÃO ENQUANTO DIREITO



UNICEF PORTUGAL

O Programa Cidades Amigas das Crianças preconiza a adopção de uma política coordenada para a infância e adolescência, que potencie a articulação entre todos os sectores municipais e o estabelecimento de parcerias com instituições da comunidade que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, em particular das crianças.

UNICEF Portugal, Programa Cidades Amigas das Crianças

O Programa Cidades Amigas das Crianças visa contribuir para a realização dos Direitos da Criança em Portugal e tem como objetivo incentivar a adoção de políticas locais que promovam a construção de comunidades mais justas, inclusivas e sustentáveis para todos os cidadãos e cidadãs e, em particular, para todas as crianças.



Saiba mais [AQUI](#)

Porque...

A participação é um dos princípios orientadores da [Convenção sobre os Direitos da Criança \(CDC\)](#), que afirma que as crianças (todas as pessoas com menos de 18 anos) uma vez que estas não votam, têm direito a serem ouvidas quando os adultos tomam decisões que as afetam.

Esta obrigação reflete-se também a nível local, e exige que as comunidades promovam e possibilitem práticas e estruturas de participação de crianças, assegurando que estas possam ser ouvidas com segurança e eficácia.

Desde a adoção da CDC, em 1989, tem havido um aumento da consciência e compreensão da importância da participação da criança, bem como um investimento significativo em iniciativas destinadas a proporcionar às crianças oportunidades para poderem intervir em assuntos que lhes dizem respeito, tanto a nível local, regional e nacional, como internacional.

A participação das crianças, além de ser um direito reconhecido na CDC, é uma componente essencial para o exercício de todos os outros direitos no contexto da família, da escola e da comunidade. Além disso, contribui para:

- Promover um adequado desenvolvimento pessoal da criança, pois desenvolve as suas capacidades e gera autoconfiança;
- Ouvir os pontos de vista e conhecer os contributos das crianças, uma vez que as não votam;
- Assegurar que a política local é sensível às necessidades e prioridades das crianças, traduzindo-se em medidas e programas mais relevantes e com resultados mais eficazes;
- Ajudar a proteger as crianças contra abusos e, em geral, contra qualquer ação que viola os seus direitos, porque oferece frequentemente uma oportunidade para a denúncia;
- Facilitar a aquisição de valores democráticos, permitindo que estes sejam postos em prática e, por conseguinte, formem melhores cidadãos;
- Promover o sentido de responsabilidade das crianças e a consciência sobre os recursos do município e os seus âmbitos de atuação, permitindo-lhes contribuir ativamente para criar impacto positivo e apoiar o fortalecimento de uma governação democrática;
- Potenciar um sentido de pertença à comunidade e o respeito pelo espaço público;
- Criar as bases para a transformação social e o diálogo intergeracional.

Apesar do amplo reconhecimento de que a participação da criança é um direito humano fundamental, e da sua importância para o desenvolvimento de competências indispensáveis para uma cidadania ativa, existem ainda muitos obstáculos e desafios para tornar a participação de crianças baseada em direitos constante e consistente no quotidiano das comunidades. Esta continua a ser deficitária ou mesmo inexistente para a maioria das crianças do mundo.

Os municípios são chamados a dar prioridade às crianças, criando espaços onde podem dar a sua opinião e expressarem-se, atuar sobre a realidade à sua volta, envolver-se no planeamento municipal e influenciar decisões que afetam a sua vida.

Considera-se Essencial Garantir...

Uma Cidade Amiga das Crianças é uma cidade, município ou comunidade onde o governo local está comprometido com a concretização dos Direitos da Criança segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança; é uma cidade ou comunidade onde as vozes, necessidades, prioridades e Direitos da Criança são uma parte integral das políticas públicas, dos programas e das decisões.

A aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, como referência normativa obrigatória e instrumento para a adoção de políticas que promovam os Direitos da Criança, implica o envolvimento dos municípios, que representam o nível que detém maior impacto sobre a vida das crianças.

Através do Programa Cidades Amigas das Crianças, os municípios poderão fundamentar uma visão e uma estratégia de Direitos da Criança para toda a comunidade, melhorando a vida das crianças no momento presente ao reconhecer e realizar os seus direitos e, desta forma, promovendo uma maior qualidade de vida para todos os cidadãos e cidadãs.

O conhecimento da realidade é, no âmbito do Programa, fundamental para a definição informada de objetivos, estratégias e metas, bem como de um sistema relevante de monitorização e avaliação de resultados e impactos. Por conseguinte, a construção de uma Cidade Amiga das Crianças deverá basear-se no conhecimento da multiplicidade de fatores que influenciam o desenvolvimento e o bem-estar da criança, tais como o nível de acesso a cuidados de saúde e educação, as condições e o enquadramento familiar, o ambiente, os espaços destinados a diversão e cultura ou os sistemas de acessibilidade e mobilidade. Neste sentido, a implementação do Programa no território deverá ser suportada por um diagnóstico local orientado para as áreas que afetam a vida das crianças. Este diagnóstico permitirá fazer uma caracterização das situações de partida, a identificação de necessidades e problemas, bem como dos recursos disponíveis, dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças para a definição de respostas integradas. O conhecimento da realidade das crianças deverá resultar de um processo participado a nível local, com o envolvimento de todas partes interessadas, desde os profissionais dos diversos serviços existentes, até aos dirigentes de diferentes organizações, públicas e privadas, sem descuidar aquele que é um dos pilares deste Programa – a participação ativa das próprias crianças. As crianças têm uma visão única sobre a sua própria vida e sobre o que as rodeia, o que oferecerá perspetivas importantes para assegurar que as políticas, serviços e equipamentos que utilizam e que as afetam, refletem e respondem às suas preocupações, ideias e prioridades, sendo, por isso, mais relevantes e potenciando resultados mais eficazes. Num município em que as crianças

são consultadas todas as pessoas ganham – existem vários exemplos, desde coberturas em paragens de autocarro a bebedouros em parques públicos, a recuperação de fachadas de edifícios, entre outros – as sugestões das crianças contribuem para o bem-estar de todas as pessoas. Por isso, se considera que uma Cidade Amigas das Crianças é uma cidade para todos.

Considerando a informação recolhida no diagnóstico local, os municípios definem uma Estratégia Local para os Direitos da Criança, enquanto elemento chave para a implementação de uma Cidade Amiga das Crianças. É através desta Estratégia que serão definidas as estratégias de intervenção para o território e o papel específico de cada uma das diferentes partes envolvidas na implementação dessa mesma Estratégia e, ainda, como será realizada a monitorização e avaliação da implementação. A Estratégia Local para os Direitos da Criança estabelece o compromisso efetivo do município na concretização do espírito da Convenção sobre os Direitos da Criança. As respostas às necessidades de crianças em situação vulnerável, previstas ou em execução, deverão ser incluídas na Estratégia Local para os Direitos da Criança, bem como as medidas ou políticas existentes para as crianças em geral e que respondam às prioridades de intervenção identificadas no diagnóstico local. Neste sentido, a promoção de uma estratégia local centrada na criança e nos seus direitos tem o potencial de servir como transformadora para a adoção de medidas e políticas locais unificadoras e integradas, com a identificação clara das mudanças estratégicas a promover na vida das crianças localmente, refletindo normas e valores de direitos humanos, e o cumprimento das obrigações locais, nacionais e internacionais do Estado.

Importa ter presente que uma política de Direitos da Criança significa colocar as crianças no centro da agenda, assegurando que:

- Todas as decisões e ações que afetam as crianças têm por base o seu interesse superior;
- A prevenção, a intervenção precoce e o combate ao estigma e à discriminação assumem-se como aspetos fundamentais nas políticas locais;
- Na elaboração das políticas, os interesses e as aspirações das crianças são tidos em conta, e não apenas os seus problemas ou vulnerabilidades;
- As crianças são incentivadas a conhecer e defender os seus direitos e os decisores políticos a tomarem medidas para os proteger;
- A avaliação do contexto/da realidade é centrada nas pessoas, numa perspetiva abrangente, participativa e adaptada às suas necessidades e prioridades.

Uma estratégia baseada em direitos humanos assenta no empoderamento do indivíduo e na garantia do seu pleno envolvimento e participação no desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas, das decisões e ações. Neste sentido, numa Cidade Amiga das Crianças, a participação das crianças é considerada pelos responsáveis municipais como algo de positivo, um instrumento de diá-

logo contínuo, uma dimensão basilar no processo de valorização e tomada de decisões que levam a cabo na sua ação de governação. Esta participação deve estar adaptada à realidade do município e às suas possibilidades reais, de forma a tornar a participação concreta, possível e aplicável, e promovendo a cidadania, o desenvolvimento dos territórios e a construção de uma sociedade mais democrática e coesa.

Analisando a informação recolhida sobre as mudanças produzidas pela implementação do Programa, até ao momento, a maioria dos municípios considera que o Programa tem contribuído para a mudança de práticas também ao nível da participação e envolvimento de crianças e jovens, quer por parte das autarquias, quer por parte das entidades com atuação junto de crianças. A título de exemplo, o Município de Vila Verde criou a figura de Provedor/a para a Proteção dos Direitos da Criança e das Famílias, procurando estabelecer um processo contínuo de consulta das crianças para conceber políticas; o Município de Cascais desenvolveu um “Guião para a Participação” no âmbito do Plano Municipal para a Participação da Criança; no primeiro ano de implementação do Programa localmente, o Município de Vila Nova de Famalicão realizou três processos de participação e o Conselho da Criança e do Adolescente está agora a impulsionar os esforços municipais destinados a melhorar a qualidade de vida das crianças a nível local.

Em síntese, o Programa Cidades Amigas das Crianças propõe a adoção de uma visão global da criança no desenho de políticas públicas para a infância e adolescência, bem como uma visão do território que devolve a cidade às pessoas e, em particular, às crianças. Neste sentido, procura contribuir para um ambiente saudável e seguro para todos os seus cidadãos e cidadãs, no qual a participação é parte integrante da vivência no município.

PARTICIPATION AS A RIGHT



UNICEF PORTUGAL

The Child-Friendly Cities Programme advocates the adoption of a coordinated policy for children and adolescents, which promotes coordination between all municipal sectors and the establishment of partnerships with community institutions that promote the well-being of all citizens, particularly children.

UNICEF Portugal, Child Friendly Cities Programme

The Child Friendly Cities Programme aims to contribute to the realisation of children's rights in the country and aims to encourage the adoption of local policies that promote the development of communities that are fairer, more inclusive and more sustainable for all citizens and, in particular, for all children.



Learn more [HERE](#)

Because...

Participation is one of the guiding principles of the Convention on the Rights of the Child (CRC), which states that children (everyone under the age of 18) have the right to be heard when adults make decisions that affect them.

This obligation is also reflected at the local level, and requires municipalities to promote and enable child participation practices and structures, ensuring that children can be heard safely and effectively.

Since the adoption of the CRC in 1989, there has been an increase in awareness and understanding of the importance of child participation, as well as significant investment in initiatives aiming to provide children with opportunities to intervene in matters that concern them, at local, regional, national and international level.

Child participation, in addition to being a right recognised in the CRC, is an essential component for the exercise of all other rights in the context of family, school and community. It also contributes to:

- Promote children's personal development, as it develops their abilities and generates self-confidence;
- Listen to children's points of view and get to know their contributions, since they don't vote;
- Ensure that local policy is sensitive to children's needs and priorities, resulting in more relevant measures and programmes with more effective results;
- Help protect children from abuse and, in general, from any action that violates their rights, because it often provides an opportunity for reporting;
- Facilitate the acquisition of democratic values, putting them into practice and thus forming better citizens;
- Promote children's sense of responsibility and awareness of the municipality's resources and spheres of action, enabling them to actively contribute to create a positive impact and strengthen democratic governance;
- Foster a sense of belonging to the community and respect for public space;
- Create the basis for social transformation and intergenerational dialogue.

Despite the recognition that children's participation is a fundamental human right, and its importance for the development of skills that are essential for active citizenship, there are still many obstacles and challenges in making children's participation constant and consistent in the daily lives of communities. It continues to be deficient or even non-existent for the majority of the children in the world.

Municipalities are required to prioritise children, creating spaces where they can give their opinion and express themselves, act on the reality around them, get involved in municipal planning and influence decisions that affect their lives.

It is Considered Essential to Ensure...

A Child Friendly City is a city, municipality or community where the local government is committed to the realisation of the Rights of the Child according to the Convention on the Rights of the Child; it is a city or community where the voices, needs, priorities and Rights of the Child are an integral part of public policies, programmes and decisions.

The implementation of the Convention on the Rights of the Child, as a mandatory normative reference and instrument for the adoption of policies that promote the Rights of the Child, implies the involvement of municipalities, which represent the level that has the greatest impact on children's lives.

Through the Child Friendly Cities Programme, municipalities will be able to develop a Child Rights vision and strategy for the whole community, improving the lives of children today by recognising and realising their rights and thus promoting a better quality of life for all citizens.

In the context of the Programme, knowledge of reality is fundamental for the definition of informed objectives, strategies and targets, as well as a relevant system for monitoring and evaluating results and impacts. Therefore, building a Child Friendly City should be based on the knowledge of the many factors that influence children's development and well-being, such as the level of access to health care and education, family conditions and environment, spaces for entertainment and culture or accessibility and mobility systems. In this sense, the implementation of the Programme in municipalities must be supported by a local diagnosis focused on the areas that affect children's lives. This diagnosis will allow for a characterisation of the starting situation, the identification of needs and problems, as well as available resources, strengths and weaknesses and opportunities and threats for the definition of integrated responses. Knowledge of the situation of children should result from a participatory process at local level, with the involvement of all stakeholders, including professionals from the different services, leaders of different organisations, both public and private, as well as one of the pillars of this programme - the active participation of the children themselves. Children have a unique view of their own lives, which will offer important perspectives to ensure that policies, services and facilities they use and that affect them, reflect and respond to their concerns, ideas and priorities, and are therefore more relevant and lead to more effective results. In a municipality where children are consulted, everyone wins - there are many examples, such as bus stop roofs, water dispensers in public parks and the restoration of buildings, among others - children's suggestions contribute to everyone's well-being. That's why a Child Friendly City is considered to be a city for everyone. Taking into account the information gathered in the local diagnosis, the municipalities define a Local Strategy for Children's Rights as a key element in the implementation of a Child Friendly City. It is through this Strategy that they define the strategies of intervention for the territory and the specific role of each of the different parties in-

volved in the implementation of that Strategy, as well as the monitoring and evaluation system of implementation. The Local Strategy for the Rights of the Child establishes the municipality's effective commitment to realising the spirit of the Convention on the Rights of the Child. Responses to the needs of children in vulnerable situations, whether planned or underway, should be included in the Local Strategy for the Rights of the Child, as well as existing measures or policies for children in general that respond to the priorities for intervention identified in the local diagnosis. In this sense, the promotion of a local strategy centred on children and their rights has the potential to be transformative for the adoption of unifying and integrated local measures and policies, with the clear identification of strategic changes to be promoted in the lives of children locally, reflecting human rights standards and values, and the fulfilment of the state's local, national and international obligations.

It is important to remember that a Child Rights policy means putting children at the centre of the agenda, ensuring that:

- All decisions and actions affecting children take their best interests as a basis;
- Prevention, early intervention and the combating of stigma and discrimination are fundamental aspects of local policies;
- In policy-making, children's interests and aspirations are taken into account, not just their problems or vulnerabilities;
- Children are encouraged to know and to defend their rights and policy-makers to take measures to protect them;
- The assessment of the context/ reality is centred on people, from a comprehensive, participatory perspective and adapted to their needs and priorities.

A human rights-based strategy is based on empowering people and ensuring their full involvement and participation in the development, implementation, monitoring and evaluation of public policies, decisions and actions. In this sense, in a Child Friendly City, participation of children is seen by municipal leaders as something positive, an instrument of continuous dialogue, a basic dimension in the process of valuing and making decisions that they carry out in their governance.

This participation must be adapted to the reality of the municipality and its real possibilities, in order to make participation concrete, possible and applicable, promoting citizenship, the development of territories and a more democratic and cohesive society. When analysing the information gathered on the changes produced by the implementation of the Programme so far, the majority of municipalities believe that the Programme has contributed to changing practices in terms of the participation and involvement of children and young people, both by municipalities and by organisations working with children. As an example, the Municipality of Vila Verde created the figure of Ombudsman for the Protection of the Rights of Children and Families, seeking to establish a continuous process of consultation with children to design policies; the Mu-

unicipality of Cascais developed a “Guide to Participation” as part of the Municipal Plan for Child Participation; in the first year of implementing the Programme locally, the Municipality of Vila Nova de Famalicão carried out three participation processes and the Council for Children and Adolescents is now driving municipal efforts to improve the quality of life for children at local level.

In summary, the Child-Friendly Cities Programme proposes the adoption of a global vision of the child in the design of public policies for children, as well as a vision of the territory that gives the city back to the people and, in particular, to children. In this sense, it seeks to contribute to a healthy and safe environment for all its citizens, in which participation is an integral part of living in the city.

A CIDADE PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA



DERYA IYIKUL

Licenciada pela Universidade Técnica de Istambul, Departamento de Arquitetura de Interiores. Concluiu a sua tese de mestrado sobre parques infantis na cidade na mesma universidade em 2019. É responsável por projetos a diferentes escalas no gabinete de design, baseado na investigação, Superpool desde janeiro de 2012. Desde 2017, no âmbito do projeto de investigação Urban95, realizado com o apoio da Fundação Bernard van Leer e em cooperação com a Superpool, tem trabalhado na conceção e implementação de parques infantis dos 0-3 anos, organizando parques infantis pop-up e eventos de rua fechados ao trânsito, abertos para brincar, e continuando a sua investigação sobre a avaliação dos parques infantis na cidade. Atualmente, tem apoiado a conceção e implementação de parques infantis naturais na Etiópia através das suas experiências e práticas da Turquia.

Porque...

O período de crescimento e aprendizagem mais rápido da vida humana é o período da primeira infância. A investigação mostra que 85% do cérebro humano é formado nos primeiros 1.000 dias e que as ligações entre as células nervosas se desenvolvem muito rápida e intensamente durante os primeiros 3 anos. Especialmente no período da primeira infância, crescendo num ambiente rico em termos de estímulos, os circuitos de ligação tornam-se mais fortes no cérebro da criança em áreas especializadas em diferentes competências, e estes circuitos de ligação estabelecem a base para as capacidades mentais da criança, como a aprendizagem, a atenção e a memória.

Por esta razão, é crucial para o desenvolvimento cognitivo, social e físico da criança interagir com o ambiente através do jogo e criar ligações permanentes e fortes através desta interação. Considerando que quase metade da população infantil do mundo vive atualmente nas cidades e que as crianças nascidas na população urbana existente representam aproximadamente 60% do crescimento urbano, torna-se evidente a importância do bem-estar das crianças para o futuro das cidades.

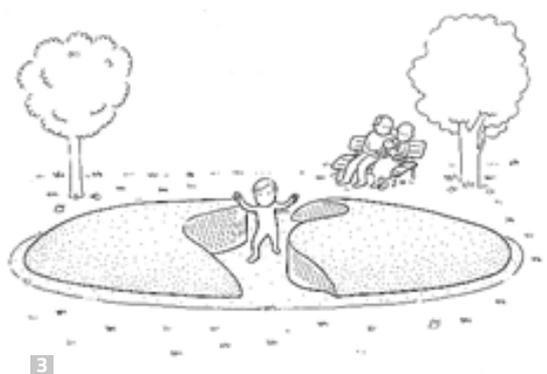
Considera-se Essencial Garantir...

▪ Parques Infantis

Considera-se essencial assegurar à criança o estar ao ar livre enquanto forma de conhecer o mundo e de melhorar as suas capacidades. Os bairros que permitem às crianças explorar, encontrar coisas novas e brincar, ajudam-nas a aprender através da observação e da socialização. Como primeiro passo, olhemos para os parques infantis, os

principais espaços públicos concebidos para as crianças, e perguntemos: os parques infantis despertam a imaginação das crianças, incentivam os seus cuidadores a interagir de forma lúdica? Como é que os parques infantis podem apoiar o desenvolvimento das crianças nas suas fases mais precoces?

Conceber cada parte do parque infantil ou tentar obter a máxima utilização do equipamento é um dos desafios que se colocam aos parques infantis actuais. Deve ser permitido que os parques infantis mudem ao longo do tempo e deve ser considerado que a sua utilização prevista pode não permanecer a mesma. Desta forma, as crianças devem poder desenvolver o parque infantil com as suas brincadeiras sociais e criativas. Especialmente, todas as competências que uma criança está a aprender podem criar oportunidades de jogo. Competências como gatinhar, pôr-se de pé e andar, aprendidas nos primeiros três anos, podem inspirar a conceção de parques infantis para crianças pequenas.



Imagens 1,2,3,4

Istanbul95 Studies, Guia de Ideias de Parques Infantis para os 0-3 anos por Superpool.
Ilustrações: Tan Cemal



Imagens 5,6,7

Sarıyer Parque infantil dos 0-3 anos em Istambul da Superpool & Município Sarıyer.
Crédito da fotografia: Engin Gerçek

▪ **Programação Pública (Parque Infantil Pop-Up, Leitura Para Bebés, Eventos de Rua)**

Considera-se essencial garantir a melhoria do valor lúdico dos espaços verdes e dos parques infantis, sendo aconselhável considerar abordagens clássicas como os parques infantis de aventura, os jardins infantis e os pomares urbanos. Além disso, devem ser tidas em conta novas iniciativas de parques infantis que ofereçam alternativas aos atuais métodos de produção, bem como parques infantis “pop-up” e eventos de rua fechados ao trânsito. Ao conceber, planear e programar estes espaços, deve inspirar-se nestas ideias.

O parque infantil pop-up transforma qualquer local num parque infantil durante um curto período de tempo. Este local pode ser a orla de uma floresta, um campo, uma pequena área verde, uma rua ou uma área fechada. Uma vez que se trata de uma atividade temporária, é importante utilizar materiais facilmente transportáveis, facilmente disponíveis e pouco dispendiosos. Por exemplo, podem ser utilizados materiais simples e reciclados, como caixas de cartão, pedaços de tecido, fita-cola e corda. Os parques infantis pop-up incentivam pessoas de todas as idades e capacidades, desde os mais novos aos mais velhos, convidando-as a brincar em conjunto, a correr riscos e a tornarem-se independentes.



Imagem 8

HOP Parque Infantil Pop-up em Istanbul da Superpool & IMM (Município Metropolitano de Istanbul).
Crédito da fotografia: Pinar Gediközer

A organização de atividades de leitura de livros em parques com uma manta de piquenique e alguns livros pode melhorar o desenvolvimento cognitivo, comportamental e de comunicação social das crianças, especialmente no que diz respeito às suas competências linguísticas. Além disso, estas atividades ajudam os cuidadores a estabelecer relações mais estreitas com os seus pares na vida quotidiana.

**Imagem 9**

Programa de Leitura para Bebês em Istanbul da Superpool & IMM (Município Metropolitano de Istanbul).
Crédito da fotografia: Pınar Gediközer

As ruas que são fechadas ao trânsito em dias específicos da semana podem ser reutilizadas para brincadeiras. Estas actividades de rua oferecem uma alternativa conveniente e prática para proporcionar oportunidades de brincadeira às crianças e aos seus cuidadores, particularmente em comunidades que sofrem de urbanização de alta densidade e acesso limitado a espaços abertos.

**Imagem 10**

Programa Rua Aberta em Istanbul por Superpool & IMM (Município Metropolitano de Istanbul).
Crédito da fotografia: Pınar Gediközer

▪ Ruas para Crianças

Considera-se essencial assegurar que as autoridades locais sejam obrigadas a garantir os direitos das crianças urbanas à mobilidade autónoma e às brincadeiras.

Uma cidade habitável para as crianças é uma cidade melhor para todos, e a missão de criar cidades melhores para as crianças implica a criação de espaços urbanos de qualidade que permitam brincar. Por esta razão, os parques infantis não devem ser considerados como os únicos locais disponíveis e acessíveis na cidade para as brincadeiras das crianças ao ar livre. Para além dos espaços verdes e dos parques infantis, devemos também considerar a promoção das ruas, dos jardins de recreio e das praças como áreas de brincadeira na cidade.



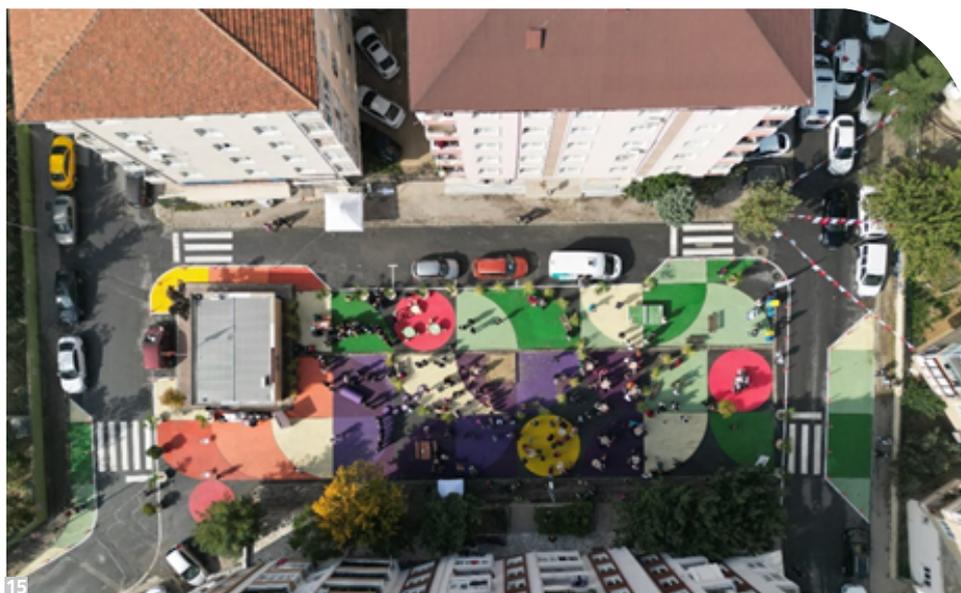
Imagem 11,12

Praça Zümrütevler Square instalação temporária em Istambul por Superpool & Município de Maltepe.
Crédito da fotografia: Emre Dörter



Imagens 13,14

Praça Yali instalação temporária em Istambul por Superpool & Município Maltepe.
Crédito da fotografia: Emre Dörter



Imagens 15,16
Praça Gebze instalação temporária em Istambul por Superpool & Município Gebze.
Crédito da fotografia: Emre Dörter



Saiba mais [AQUI](#)

THE CITY FOR EARLY CHILDHOOD



DERYA IYIKUL

Graduated from Istanbul Technical University, Department of Interior Architecture. Completed her master's thesis on playgrounds in the city at the same university in 2019. She has been responsible for projects at different scales at the research-based design office Superpool since January 2012. Since 2017, within the scope of the Urban95 research project carried out with the support of the Bernard van Leer Foundation and in cooperation with Superpool, she has been working in the design and implementation of 0-3 age playgrounds, organizing pop-up playgrounds and street events which are closed to traffic, open to play and continuing her research on evaluation of playgrounds in the city. Nowadays she has been supporting the design and implementation of natural playgrounds in Ethiopia through her experiences and practices from Turkey.

Because...

The fastest growing and learning period in human life is the period of early childhood. Research shows that 85% of the human brain is formed within the first 1.000 days and that the connections between nerve cells develop very rapidly and intensively during the first 3 years. Especially in the early childhood period, growing in a rich environment in terms of stimuli, the connection circuits become stronger in the child's brain in areas that specialize in different skills, and these connection circuits set the ground for the child's mental abilities such as learning, attention and memory.

For this reason, it is crucial for the cognitive, social, and physical development of the child to interact with the environment through play and to create permanent and strong connections through this interaction. Considering that almost half of the child population in the world today live in cities and that children born into the existing urban population account for approximately 60% of urban growth, the importance of child well-being for the future of cities becomes clear.

It is Considered Essential to Ensure...

▪ Playgrounds

It is considered essential to ensure for a child being outdoors as an important way to get to know the world and to improve her skills. Neighborhoods that allow children to explore, encounter new things and play, help them to learn by observation and socialization. As a first step, let's take a look at playgrounds, the primary public spac-

es designed for children and ask: do playgrounds trigger the imagination of children, encourage their caregivers for playful interaction? How can playgrounds support child development at its fastest early stages?

Designing every part of the playground or trying to achieve maximum use with the equipment is one of the challenges faced in today's playgrounds. It should be allowed that playgrounds to change over time and it should be considered that their intended use may not remain the same. In this way, children should be enabled to develop the playground with their social and creative plays.

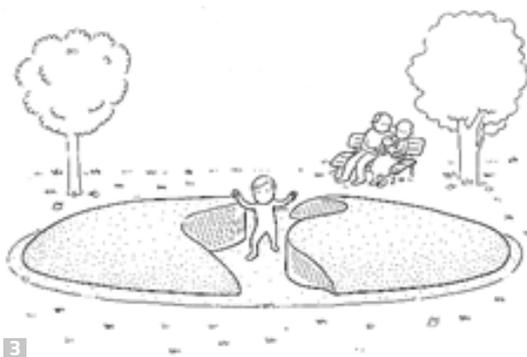
Especially, every skill that a child is learning can create play opportunities. Skills such as crawling, standing, and walking learned in the first three years can inspire designs for playgrounds for young children.



1



2



3



4

Photo 1,2,3,4

Istanbul95 Studies, Playground Ideas For 0-3 Years Guidebook by Superpool.

Illustrations: Tan Cemal



Photo 5,6,7
Sarıyer 0-3 Years Playground in Istanbul by Superpool & Sarıyer Municipality.
Photo credit: Engin Gerçek

- **Public Programming (Pop-Up Playground, Reading to Babies, Street Events)**

It is considered essential to ensure improving play value in green spaces and playgrounds, it is advisable to consider classic approaches such as adventure playgrounds, children's gardens, and urban orchards. Additionally, new playground initiatives that offer alternatives to current production methods, as well as pop-up playgrounds and street events closed to traffic, should be taken into account. When designing, planning, and programming such areas, inspiration should be drawn from these ideas.

The pop-up playground turns any place into a playground for a short time. This place can be the edge of a forest, a field, a small green area, a street, or a closed area. As this is a temporary activity, it is important to use materials that are easily transportable, easily available, and inexpensive. For example, simple and recycled materials such as cardboard boxes, pieces of fabric, tape and rope can be used. Pop-up playgrounds encourage people of all ages and abilities, from young to old, by inviting them to play together, to take risks and to become independent.



Photo 8

HOP Pop-up Playground in Istanbul by Superpool & IMM (Istanbul Metropolitan Municipality).
Photo credit: Pinar Gediközer

Organizing book reading activities in parks with a picnic blanket and some books can enhance children's cognitive, behavioral, and social communication development, particularly with respect to their language skills. Moreover, such activities help caregivers build closer relationships with their peers in everyday life.



Photo 9
Reading to Babies Program in Istanbul by Superpool & IMM (Istanbul Metropolitan Municipality). Photo credit: Pinar Gediközer

Streets that are closed to traffic on specific days of the week can be re-purposed for play. Such street activities offer a convenient and practical alternative to provide play opportunities for children and their caregivers, particularly in communities that suffer from high-density urbanization and limited access to open spaces.



Photo 10
Open Street Program in Istanbul by Superpool & IMM (Istanbul Metropolitan Municipality). Photo credit: Pinar Gediközer

- Streets for Kids

It is considered essential to ensure that local authorities are obliged to guarantee urban children's rights to independent mobility and play.

A city livable for children is a better city for all, and the mission of creating better cities for children implies creating quality urban spaces that allow play. For this reason, playgrounds should not be considered as the only available and accessible places in the city for children's outdoor plays. In addition to green spaces and playgrounds, we should also consider promoting streets, play gardens, and squares as playable areas in the city.



Photo 11,12
Zumrutevler Square Interim Implementation in Istanbul by Superpool & Maltepe Municipality.
Photo credit: Emre Dörter



Photo 13,14

Yalı Square Interim Implementation in Istanbul by Superpool & Maltepe Municipality.
Photo credit: Emre Dörter



Photo 15,16
Gebze Square Interim Implementation in Istanbul by Superpool & Gebze Municipality.
Photo credit: Emre Dörter



Learn more [HERE](#)

PARTE II

**ESPAÇOS
DE JOGO E RECREIO**

PART II

**PLAY AND
RECREATIONAL
SPACES**

BRINCAR EM SEGURANÇA, INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO



EINAR JON SKULASON HANSEN

Presidente do *Nordic Playground Institute International*. Inspetor certificado pela UE desde 2006, inspetor certificado pela ASTM desde 2018, é membro do *Danish Committee for Playground Safety*, *European Committee for Playground Safety* e *ASTM Committee in USA for Playground Safety*. Responsável por inspeções em países da UE, tem realizado trabalhos de consultoria e cursos em todo o mundo desde 2015 e foi conselheiro especial da União Europeia na República Sérvia em matéria de segurança em Espaços de Jogo e Recreio.



MARIA JOÃO GOMES

Arquiteta paisagista com muitos anos de experiência enquanto projetista. Inspetora certificada UE e representante do *Nordic Playground Institute Portugal*.

Porque...

Acreditamos que os Espaços de Jogo e Recreio servem como um microcosmo da nossa sociedade, incorporando os valores que todos nós prezamos: Segurança, Inclusão e Comunidade.

Segurança no sentido de que a assunção de riscos, conforme indicado na Norma Europeia 1176-1 2017, é uma característica essencial da oferta lúdica, o que significa que a oferta lúdica oferece a oportunidade de enfrentar riscos aceitáveis como parte de um ambiente estimulante, desafiador e controlado. No mesmo sentido, citando a EN 1176-1, "a oferta de brincadeiras deve ter como objetivo gerir o equilíbrio entre a necessidade de oferecer riscos e a necessidade de manter as crianças protegidas de danos graves".

As inspeções e manutenção são essenciais para salvaguardar o bem-estar das nossas crianças e promover um ambiente onde possam prosperar e desenvolver-se. As inspeções, destacando a inspeção anual, "são a base da manutenção preventiva e corretiva, estabelecendo o nível global de segurança dos equipamentos, fundações e superfícies de jogo". (EN-1176-7:2020 ponto 6.1).

Em Portugal o decreto-lei D.L.nº 203/2015 estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio. As normas europeias constam da lista anexa ao Regulamento do qual faz parte integrante.



Créditos das fotografias: Einar Jon Skulason Hansen and Derya İyikul Kotan

Considera-se Essencial Garantir...

Citando EN-1176-7- Orientações sobre instalação, inspeção, manutenção e funcionamento:

- **Inspeções**

Ou seja, garantir a segurança contínua de um Espaço de Jogo e Recreio. O resultado da inspeção é expresso num relatório e pode resultar em medidas correctivas e preventivas, como manutenção extra, reparações, etc. O parque infantil deve ser inspecionado da seguinte forma: Inspeção de Pós-instalação (certificação), Inspeção visual de rotina, Inspeção operacional, Inspeção principal anual .

- **Inspetores independentes**

A inspeção principal anual ou a inspeção pós-instalação tem de ser realizada sempre por uma pessoa independente, ou seja, uma pessoa competente que não esteve diretamente envolvida na instalação e não é responsável por possíveis trabalhos de correção ou gastos associados.

- **Uma avaliação de risco**

A avaliação de risco enquanto processo global que compreende uma análise e avaliação de risco e que faz parte de um processo de gestão de risco.

- **Segurança**

Segurança, garantindo a ausência de riscos inaceitáveis. Como exemplo, não pode haver situações de aprisionamento isto é, o perigo apresentado pela situação em que um corpo, ou parte de um corpo, ou roupa pode ficar preso.

- **Uma manutenção correta**

Ou seja, a intervenção que é necessária e/ou realizada para conservar, tanto quanto possível, o estado original do equipamento e do revestimento, compensando o desgaste normal.

- **A eficácia das medidas de segurança**

A entidade responsável de um Espaço de Jogo e Recreio deve avaliar periodicamente, pelo menos uma vez por ano, a eficácia de todas as medidas de segurança utilizadas e alterá-las se for considerado necessário com base na experiência, na alteração das circunstâncias, nos acidentes conhecidos e registados ou na avaliação dos riscos.

O Nordic Playground Institute está presente na Dinamarca, Ilhas Faroé, Islândia, Turquia, Sérvia e Portugal.



PLAY SAFELY, INSPECTION AND MAINTAINANCE



EINAR JON SKULASON HANSEN

President of *Nordic Playground Institute International*. EU Certified Inspector since 2006, ASTM Certified inspector since 2018, he is a member of the *Danish Committee for Playground Safety*, *European Committee for Playground Safety* and of the *ASTM committee in USA for playground safety*. Responsible for inspections in EU countries, he has been doing advisory work and courses all over the world since 2015 and was the special advisor for the European Union in the Serbian republic regarding playground safety.



MARIA JOÃO GOMES

An accomplished landscape architect with many years' experience in landscape design. She is a UE certified inspector and is the country manager of Nordic Playground Institute Portugal.

Because...

We believe Playgrounds serve as a microcosm of our society, embodying the values we all hold dear: Safety, Inclusivity, and Community.

Safety in the sense that risk-taking, as stated in European Standard EN 1176-1:2017, is an essential feature of the play provision, meaning that the play provision offers the chance to encounter acceptable risk as part of a stimulating, challenging and controlled environment. In the same sense, quoting EN 1176-1 "play provision should aim at managing the balance between the need to offer risk and the need to keep children safe from serious harm".

The inspections and maintenance are essential to safeguarding the well-being of our children and nurturing an environment where they can thrive and develop. Inspections, highlighting the annual inspection, "are the basis for preventive and corrective maintenance, establishing the overall level of safety of equipment, foundations and playing surfaces". (EN-1176-7:2020 pt. 6.1)

In Portugal the law D. L n.º 203/2015 establishes the safety conditions to be observed in the location, implementation, design and functional organization of play and recreation spaces, maintenance and inspection. In the annex to this decree-law the european standards applicable are set out in the list annexed to the Regulation and of which it forms an integral part.



Photos taken by: Einar Jon Skulason Hansen and Derya Iyikul Kotan

It is Considered Essential to Ensure...

Quoting EN-1176-7- Guiding on Installation, Inspection, maintenance, and operation:

- **Inspections**

Meaning check to ensure the continuous safe of a playground. The outcome is reported in a report and can result in corrective and preventive measures such as extra maintenance, repairs, etc. The playground shall be inspected as follows: Post installation inspection, Operational inspection, Routine visual inspection, Annual main inspection.

- **Independent inspector**

That the annual main inspection or post installation inspection is performed by an independent person, i.e. a competent person who was not directly involved in the installation and is not responsible for possible correction works or expenses.

- **Risk assessment**

Risk assessment that is the overall process comprising a risk analysis and risk evaluation and which is part of a risk management process.

- **Safety**

Safety, ensuring freedom from unacceptable risk. For example, no entrapment situations, that is hazard presented by the situation in which a body, or part of a body, or clothing can become trapped.

- **Maintenance**

Meaning, the intervention that is requires and/or undertaken to conserve, as nearly and as long as possible, the original condition of the equipment and surfacing while compensating for normal wear and tear.

- **Effectiveness of safety measures**

The operator of a playground shall periodically, at least once a year, systematically assess the effectiveness of all safety measures used and alter them if it is found necessary on the basis of experience, changed circumstances, known and recorded accidents, or risk assessment.

Nordic Playground Institute is present in Denmark, Faroe Islands, Iceland, Türkiye, Serbia, and Portugal.



Nordic Playground Institute
Portugal

Learn more [HERE](#)



PARTE III

**ESPAÇOS
NATURALIZADOS
PARA A INFÂNCIA**

PART III

**NATURALIZED SPACES
FOR CHILDHOOD**

O RECREIO ESCOLAR



MARY JACKSON

Professora e Arquiteta Paisagista que trabalha no setor escolar há mais de 25 anos. Ela é cofundadora da International School Grounds Alliance (ISGA) e chefe de educação e comunidades da Learning Through Landscapes (Ltl), a instituição de caridade nacional do Reino Unido.

Atualmente, está envolvida em alguns programas importantes da Ltl, incluindo o envolvimento da instituição de caridade com o Parque Natural da Educação Nacional (um projeto para aumentar a biodiversidade e o contato de crianças e jovens com a natureza nas escolas inglesas e nos primeiros anos) e na Escola Climática 180, que se concentra nas alterações climáticas no recreio escolar.



ltl.org.uk



KO SENDA

Licenciado pela Faculdade de Horticultura da Universidade de Chiba, Japão e com Doutorado e mestrado em Horticultura e Paisagem na Universidade de Reading, UK. É Professor Investigador na Universidade Den-en-Chofu, Japão e Designer de recreios escolares. Professor Associado na Escola de Pós-Graduação em cursos de formação de professores para os primeiros anos escolares. Esteve envolvido em mais de 70 projetos de recreios escolares, incluindo vários programas de design premiados. Membro do Comitê Executivo (EC) da ISGA entre 1997 e 2000 e organizou a Conferência ISGA 2018 no Japão como diretor da conferência. Ele fundou a ISGA-Japão em 2019 como diretor e trabalha em design, pesquisa e atividades educacionais para criar melhores ambientes escolares para o crescimento e aprendizagem saudáveis das crianças.



isga-japan.com



SUSANA MORAIS

Arquiteta Paisagista, com mestrado em Planeamento Ambiental e Arquitetura Paisagista (Environmental Planning & Landscape Architecture) pela UC Berkeley, Califórnia, EUA, tendo-se especializado em Paisagismo e Planeamento Ambiental e Ordenamento do Território. É membro do Comitê Executivo (EC) da International School Ground Alliance (ISGA) desde 2020 até à data. Fundadora e Sócia gerente da empresa Outras Paisagens, desde 2005, em que colabora com diversos organismos e entidades, públicas e privadas, no âmbito da elaboração e apreciação de Projetos de Integração Paisagística e de Planeamento, e no âmbito da componente ambiental de planos e projetos.



OUTRAS PAISAGENS outraspaisagens.com

Porque...

O recreio tem um papel central no desenvolvimento infantil.

Considera-se Essencial Garantir que...

- Os Recreios escolares podem ser bons para a saúde mental e o bem-estar da criança, no entanto este potencial tem sido negligenciado.

Foi demonstrado que a natureza tem um impacto positivo na saúde mental e no bem-estar dos alunos, educadores e funcionários, pelo que recreios escolares ricos em natureza/ biodiversidade, aos quais os alunos podem aceder regularmente, podem ser benefícios para todos os membros da comunidade escolar.



- Os Recreios escolares fornecem recursos para a aprendizagem, mas o seu potencial não tem sido utilizado.

O uso do recreio escolar como espaço de aprendizagem traz muitos benefícios para os seus utilizadores. Por exemplo em ciências da natureza/ biologia, os alunos podem pesquisar a vida selvagem; em matemática podem analisar dados recolhidos no local, em inglês podem escrever poesia ou criar pinturas artísticas com base no que observam no exterior.



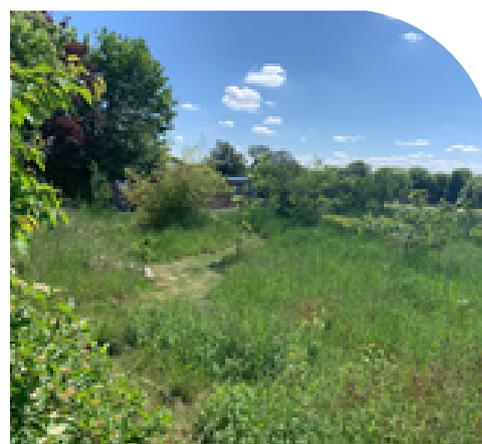
- As dependências da escola oferecem espaços e recursos para brincar, que devem e podem ser explorados.

Os espaços e recursos lúdicos nas dependências da escola ajudam as crianças a relaxar e a refrescar-se durante as brincadeiras e depois da escola. O exercício, a natureza, a arte e as brincadeiras em grupo ajudam na motricidade, no interesse pela natureza e na arte e na interação humana. Nos jardins-de-infância brincar é vida e as crianças gostam de brincar e, através da brincadeira, aprendem e desenvolvem-se de diversas maneiras.



- Os terrenos escolares são um local para aumentar a biodiversidade, o que apresenta um elevado para o desenvolvimento das crianças.

Embora os terrenos escolares sejam muitas vezes espaços grandes, eles por vezes carecem de biodiversidade. No entanto, pequenas mudanças nestes espaços podem enriquece-los em natureza, desde pequenos lagos, até árvores, sebes e arbustos, ou mesmo prados de flores silvestres tão benéficos para os insetos polinizadores.



- As instalações escolares podem ajudar a enfrentar os impactos das alterações climáticas, no entanto, este potencial tem não tem sido aproveitado.

Os impactos que podem ser abordados através da aprendizagem das crianças e dos jovens, desenvolvendo e gerindo proactivamente os recreios escolares incluem: redução da temperatura (através da criação de sombra e da plantação de zonas de abrigo); Qua-

lidade do ar (plantações de sebes no perímetro das escolas, muros verdes); Gestão da água (Jardins de mulching, Gestão de águas pluviais, Redução de impermeabilização); Biodiversidade e ecossistemas saudáveis (incluindo solo); Melhoria dos habitats, etc.



- As instalações escolares podem ser um ponto focal para a comunidade local, e envolvimento da população, mas não tem sido explorado.

As escolas estão no centro das comunidades e os sus espaços também podem tornar-se um local para as populações/ comunidades se encontrarem, terem acesso à natureza ou mesmo para cultivarem em conjunto.



SCHOOL PLAYGROUND



MARY JACKSON

Mary is a teacher and landscape architect who has worked in the school grounds sector for more than 25 years. She is co-founder of the International School Grounds Alliance and Head of Education and Communities at Learning through Landscapes (LtL), the UK's national school grounds charity.

She is currently involved in some key programmes with LtL including the charity's involvement with the National Education Nature Park (a project to increase biodiversity and children and young people's contact with nature across English schools and early years settings) and Climate School 180 which focuses on climate change and school grounds.



ltl.org.uk



KO SENDA

Ko is a designer and researcher on pre-school grounds, and works for Den-en-Chofu University and the Graduate School on early-year teacher training course in Japan, as Associate Professor. He graduated from the Faculty of Horticulture, Chiba University and completed a MSc and PhD in Horticulture and Landscape at the University of Reading, Graduate School in UK. He engaged in more than 70 school grounds projects incl. various awarded design programmes. He became the ISGA Executive Committee member between 1997 and 2000, and organised ISGA 2018 Japan Conference as the conference director. He established ISGA-Japan in 2019 as the director, and working on design, research and educational activities on creating better school grounds environments for children's healthy growth and learning.



isga-japan.com



SUSANA MORAIS

Landscape Architect, with a master's degree in Environmental Planning and Landscape Architecture from UC Berkeley, California, USA, specialized in Landscaping and Environmental Planning and Spatial Planning. She has been a member of the Executive Committee (EC) of the International School Ground Alliance (ISGA) since 2020 to date. Founder and Managing Partner of the company Outras Paisagens, since 2005, where she collaborates with various bodies and entities, public and private, in the scope of the preparation and assessment of Landscape Integration and Planning Projects, and in the scope of the environmental component of plans and projects.



[OUTRAS PAISAGENS outraspaisagens.com](http://outraspaisagens.com)

Because...

Playtime plays a central role in children’s development.

It is Considered Essential to Ensure that...

- School grounds can be good for mental health and wellbeing; however this potential has been neglected.

Nature has been shown to have a positive impact on mental health and wellbeing of pupils and staff alike so nature-rich school grounds, which pupils can access on a regular basis, can be beneficial for all those within the school community.



- School grounds provide resources for learning; however its potential has not been used.

Many lessons can benefit from being taken into the school grounds. In science pupils can survey the wildlife there, in maths they can analyse data collected around the site, in English they can write poetry or create painting in art based on what they observe outside.



- School grounds provide spaces and resources for play that should be explored and developed.

Play spaces and resources in school grounds help children to relax and refresh during playtime and after school, while exercise, nature, art and group play help with body building, interest in nature and art, and human interaction. In pre-schools, play is life and young children enjoy playing, and through play they learn and develop in a variety of ways.



- School grounds are a place to increase biodiversity, which is beneficial for children's development.

School grounds are often large spaces but often also lack biodiversity. However, simple changes can make them rich in nature, from ponds and wetlands, to trees, hedges and shrubs, or even wildflower meadows so beneficial for pollinating insects.



- School facilities can help address the impacts of climate change; however, this potential has not been addressed.

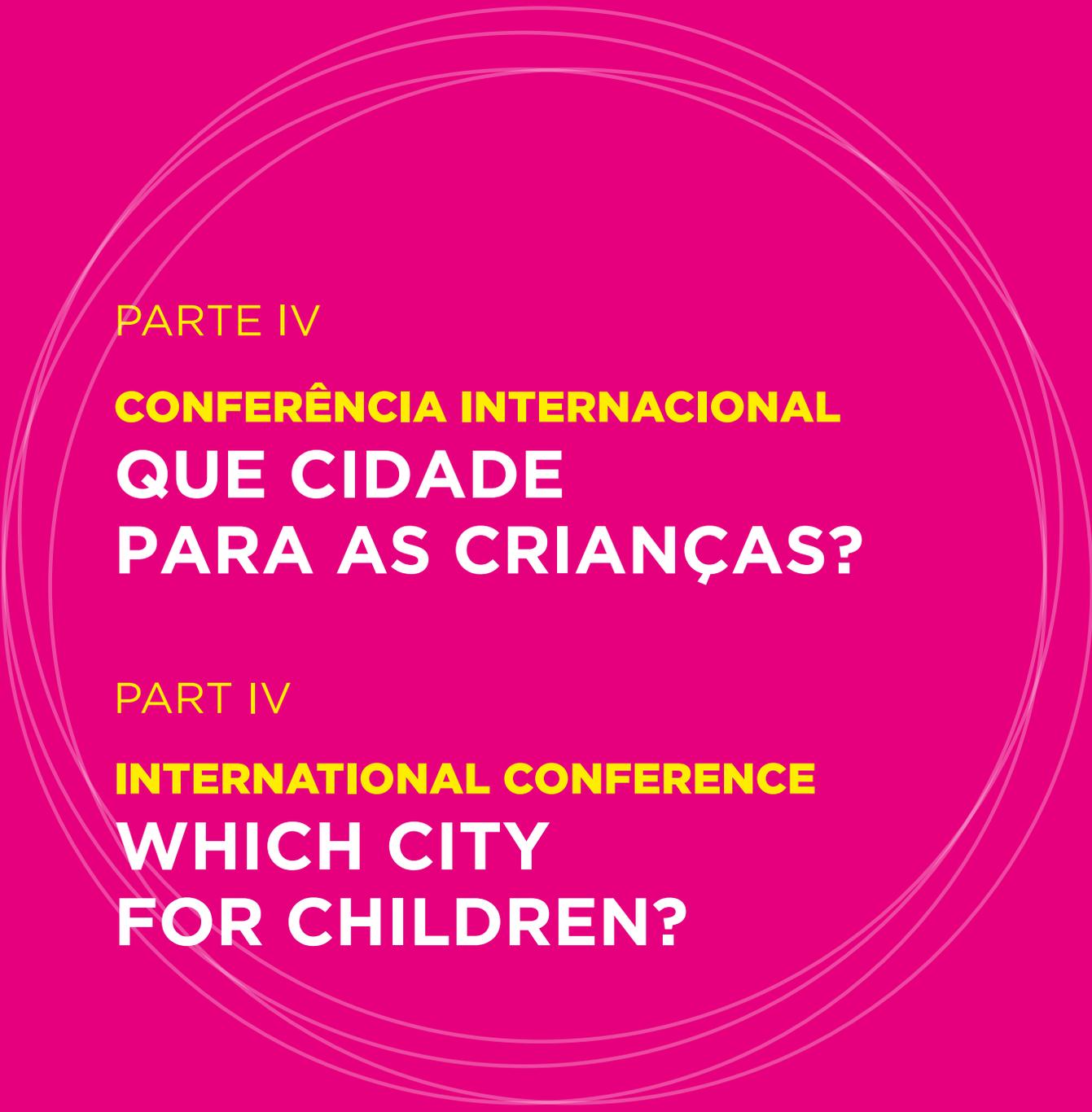
The impacts that can be addressed through children and young people learning, proactively developing and managing school grounds includes: Heat stress (by creating shade and Planting shelterbelts); Air quality (planting around the boundary of school grounds, Green walls); Water management (Mulching gardens, Stormwater management, Reducing impermeable); Biodiversity and healthy ecosystems (including soil); Improve habitats, etc.



- School facilities can be a focal point for local community and population engagement, but have not been explored.

Schools are at the heart of communities and their grounds too can become a space for local people to meet, to have access to nature or even to grow crops together.





PARTE IV

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
QUE CIDADE
PARA AS CRIANÇAS?

PART IV

INTERNATIONAL CONFERENCE
WHICH CITY
FOR CHILDREN?



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Que Cidade para as Crianças?

17 | OUT 2023 - 9H30 ÀS 17H30

PROGRAMA

Manhã

- 09h30 | Abertura**
Rui Fonseca | ISEC Lisboa
Madalena Corte-Real | Urbanólogo
- 09h45 | Cidades Amigas das Crianças
A Participação enquanto Direito**
Teresa Capitão | UNICEF Portugal
- 10h00 | URBAN 95 PROJECT**
Derya Iyikuk | Superpool
-
- 10h30 | Coffee break**
-
- 10h45 | A Importância da Autonomia
e Exploração da Cidade na Infância**
Mário Alves | Associação Estrada Viva
e International Federation of Pedestrians
**Explorar, Caminhar e os Caminhos
das Crianças nas Cidades**
Rita Cordovil | Faculdade de Motricidade
Humana - UL
**Autonomia, interdependência
de Mobilidade e Bem-estar
das Crianças na Cidade**
Frederico Lopes | UL
- 11h45 | O Espaço Público das Crianças.
Segurança: Um Direito e uma Necessidade**
Sandra Nascimento | Associação
para a Promoção da Segurança Infantil
**Brincar e Política: Acelerando a Queda
dos Paradigmas**
Ana Rita Fonseca | 1,2,3 Macaquinho do Xinês
Participação no Desenho das Cidades
Margarida Marques | Rés do Chão

12h45 | Almoço

Tarde

- 14h15 | Os Espaços Infantis na Cidade**
Vasco Costa Simões | Associação Portuguesa
de Arquitetos Paisagistas
**Where do the Children Play?
Uma Abordagem à Legislação**
Helena Menezes | Risk Vision
**Play value: The Benefits of Playground
Equipment for Child Development**
Jeanette Fich Jespersen | KOMPAN Play Institute
- 15h00 | Play it Safe. The importance
of Playground inspection and Maintenance**
Einar Skulason | Nordic Playground Institute
- 15h30 | Coffee break**
- 15h45 | Espaços Naturalizados para a Infância**
Laís Fleury | Fundação Alana
**Global Greening Schoolgrounds
and Outdoor**
Jaime Zaplatosch Ehrenberg | Learning Children
and Nature Network
**Learning Landscapes and Green
livingrooms of Neighbourhoods**
Ian Mostert | IVN Zuid-Holland
- 16h45 | O Valor Único do Recreio Escolar**
Susana Morais | International School Grounds
Alliance
**The Japan school ground experience
Ko Senda**
International School Grounds Alliance
**Nature based approaches in UK
schoolgrounds**
Mary Jackson | Learning through Landscapes
- 17h45 | Encerramento - Infâncias, Educação
e Cidade**
Levindo Carvalho | Universidade Federal
de Minas Gerais | Cátedra UNESCO Unitwin
- A Cidade que Educa e Transforma

“QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS?” NO ISEC LISBOA

A conferência internacional “*Que Cidade para as Crianças?*” decorreu no Auditório Helder Pita, no ISEC Lisboa, no dia 17 de outubro. Co-organizada pela Escola de Educação e Desenvolvimento Humano, do ISEC Lisboa, onde marcou presença na sessão de abertura e diretor da EDDH, Rui Fonseca e pelo Urbanólogo, representado na conferência por Madalena Corte-Real. A mesma contou ainda com o cunho da UNESCO, no âmbito de atividades da Cátedra A Cidade Que Educa e Transforma, liderada pelo ISEC Lisboa. Esta ação consistiu numa troca de conhecimento, com espaço para debate, com o intuito de contribuir para uma cidade melhor, focada na criança, através da compreensão do cidadão criança de um modo holístico bem como da relação entre a criança e a cidade.



A sessão de abertura contou com o diretor da EEDH do ISEC Lisboa, Rui Fonseca e Madalena Corte-Real, representante do Urbanólogo e docente do ISEC Lisboa, seguida de uma apresentação de Teresa Capitão da UNICEF Portugal e de Derya Iyikuk da Superpool



Frederico Lopes da Universidade de Lisboa, Mário Alves da Associação Estrada Viva e International Federation of Pedestrians e Rita Cordovil da Faculdade de Motricidade Humana (UL), foram os oradores do primeiro painel

A manhã iniciou-se com a discussão do tema: Cidades Amigas das Crianças. A participação enquanto direito da criança foi seguido da apresentação do Urban 95 Project. A importância da autonomia, exploração da cidade na infância e mobilidade da criança na cidade foi também um dos momentos importantes de informação nesta temática tão abrangente. A importância das crianças terem um espaço público foi apresentada tanto como um direito como uma necessidade, onde a segurança tem que ser uma prioridade, ocupou o espaço na agenda até ao fim da manhã.



Sandra Nascimento da Associação para Promoção da Segurança Infantil -APSI, Margarida Marquês da Rês do Chão e Ana Rita Fonseca, 1 2 3 Macaquinho do Xinês

Durante a tarde debateram-se os espaços infantis reservados nas cidades às crianças bem como, novamente, a necessidade de supervisão e manutenção dos playgrounds. A idealização e mostra de espaços de brincar enquadrados na natureza, ainda que num ambiente urbano, em países nórdicos foi dado como um bom exemplo de como é possível alargar os espaços infantis, com uma consciência de enquadramento paisagístico e organização de espaço urbano mais abrangente, saudável e natural. O recreio escolar também foi discutido, sendo feitas comparações e apresentações que mostram os contrastes entre países como o Japão e o Reino Unido, entre outros. O dia foi encerrado com a apresentação do tema que marcou praticamente a agenda de todo o dia, como esperado - Infâncias, Educação e Cidade.



Helena Menezes da Risk Vision, Maria João Gomes e Einar Skulason da Nordic Playground Institute e Vasco Costa Simões da Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas deram início à sessão da tarde



A sessão de encerramento palestrada por Levindo Carvalho da Universidade Federal de Minas Gerais, representando a Cátedra UNESCO Unitwin - A Cidade que Educa e Transforma

Esta conferência contou com a participação de diversas entidades e personalidades que se têm destacado por elegerem a criança e o meio como foco do seu trabalho e como tema de investigação, cujas apresentações e partilha de conhecimento enriqueceu todos os presentes.

“WHICH CITY FOR CHILDREN?” AT ISEC LISBON

The international conference “*Which City for Children?*” took place in the Helder Pita Auditorium at ISEC Lisboa on 17 October. Co-organised by ISEC Lisboa’s School of Education and Human Development, where EDDH director Rui Fonseca was present at the opening session, and by the Urbanologist, represented at the conference by Madalena Corte-Real. It was also organised by UNESCO, as part of the activities of the Chair The City That Educates and Transforms, led by ISEC Lisboa. This action consisted of an exchange of knowledge, with room for debate, with the aim of contributing to a better city, focussed on the child, by understanding the child citizen in a holistic way, as well as the relationship between the child and the city.



The opening session included the director of ISEC Lisboa’s EEDH, Rui Fonseca and Madalena Corte-Real, representative of the Urbanologist and lecturer at ISEC Lisboa, followed by a presentation by Teresa Capitão from UNICEF Portugal and Derya Iyikuk from Superpool



Frederico Lopes from the University of Lisbon, Mário Alves from the Estrada Viva Association and International Federation of Pedestrians and Rita Cordovil from the Faculty of Human Motricity (UL), were the speakers on the first panel

The morning began with a discussion on the theme: Child-Friendly Cities. Participation as a child’s right was followed by a presentation of the Urban 95 Project. The importance of autonomy, exploring the city in childhood and children’s mobility in the city were also important moments of information on this wide-ranging theme. The importance of children having a public space was presented as both a right and a necessity, where safety has to be a priority, and occupied space on the agenda until the end of the morning.



Sandra Nascimento da Associação para Promoção da Segurança Infantil-APSI, Margarida Marquês da Rês do Chão e Ana Rita Fonseca, 1 2 3 Macaquinho do Xinês

In the afternoon, was discussed children’s play areas in cities and, once again, the need to supervise and maintain playgrounds. The idealisation and display of nature-based playgrounds, albeit in an urban environment, in Nordic countries was given as a good example of how it is possible to extend children’s playgrounds, with an awareness of the landscape and organisation of urban space that is more comprehensive, healthy and natural. The school playground was also discussed, with comparisons and presentations showing the contrasts between countries such as Japan and the United Kingdom, among others. The day was rounded off with the presentation of the topic that had been on the agenda for practically the whole day, as expected - Childhood, Education and the City.



Helena Menezes from Risk Vision, Maria João Gomes and Einar Skulason from the Nordic Playground Institute and Vasco Costa Simões from the Portuguese Association of Landscape Architects kicked off the afternoon session



The closing session was given by Levindo Carvalho from the Federal University of Minas Gerais, representing the UNESCO Unitwin Chair - The City that Educates and Transforms

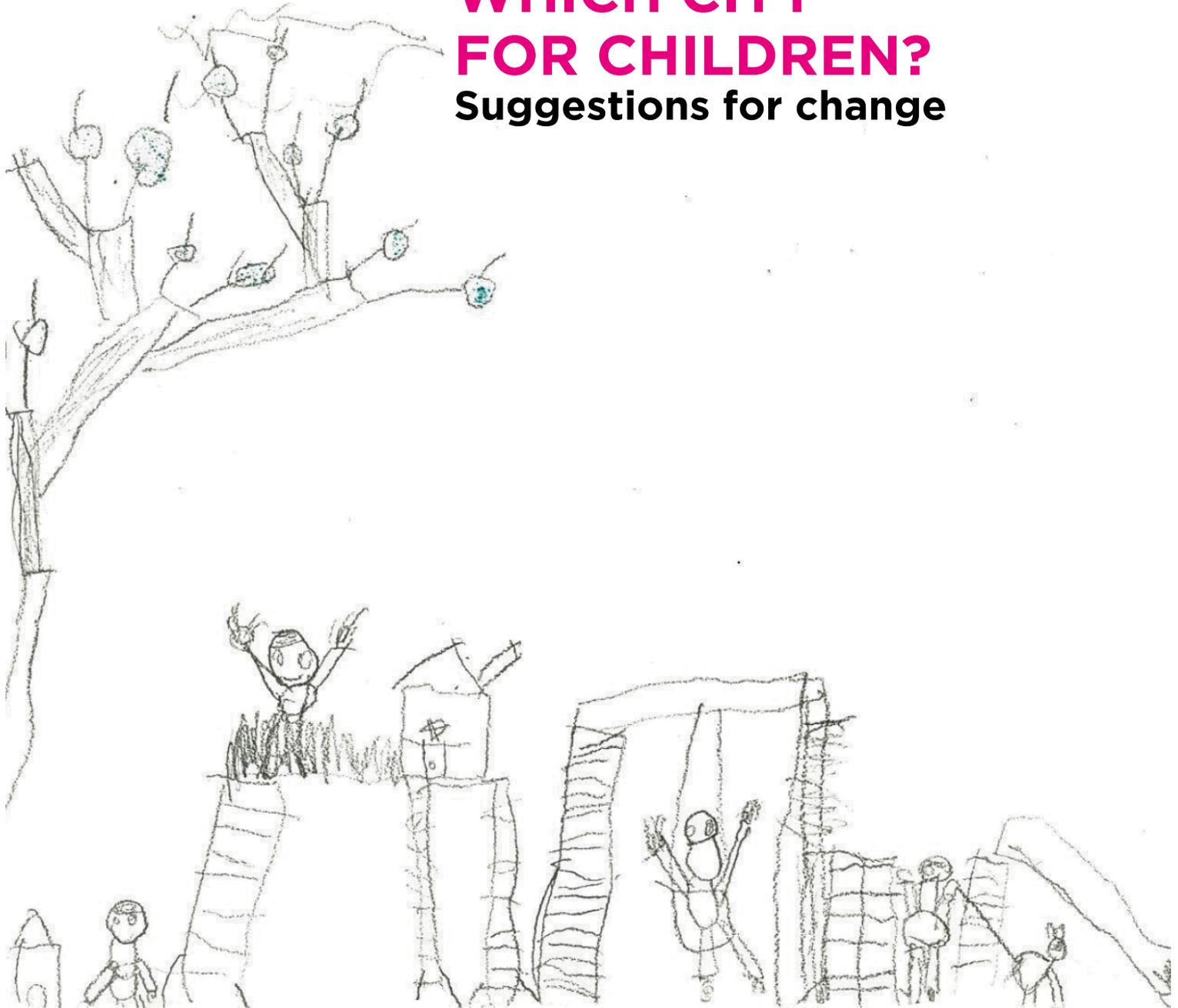
This conference was attended by various organisations and personalities who have distinguished themselves by choosing the child and the environment as the focus of their work and as a research topic, whose presentations and sharing of knowledge enriched everyone present.

QUE CIDADE PARA AS CRIANÇAS?

Sugestões de mudança

WHICH CITY FOR CHILDREN?

Suggestions for change



ISBN 978-989-35019-9-3



9 789893 501993